

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

- 1. Balanço Orçamentário;**
- 2. Balanço Financeiro;**
- 3. Balanço Patrimonial;**
- 4. Demonstração das Variações Patrimoniais; e**
- 5. Demonstração do Fluxo de Caixa.**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Exercício 2018**  
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

R\$ Bilhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	<b>0,046</b>	<b>0,006</b>
Recargas Tributárias		-	-	-	-
Recargas de Contribuições		-	-	-	-
Recarga Patrimonial		<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,001</b>	<b>0,000</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		0,000	0,000	0,001	0,000
Recarga Agropecuária		-	-	-	-
Recarga Industrial		-	-	-	-
Recargas de Serviços		-	-	<b>0,006</b>	<b>0,006</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	0,006	0,006
<b>Transferências Correntes</b>		<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,001</b>	<b>0,000</b>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0,000	0,000	0,001	0,000
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
<b>Operações de Crédito</b>		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
Alienação de Bens Móveis		-	-	0,000	0,000
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	<b>0,046</b>	<b>0,007</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>		<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	<b>0,046</b>	<b>0,007</b>
<b>DEFICIT</b>		-	-	<b>1,592</b>	<b>1,592</b>
<b>TOTAL</b>		<b>0,039</b>	<b>0,039</b>	<b>1,638</b>	<b>1,598</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1,628</b>	<b>1,668</b>	<b>1,623</b>	<b>1,614</b>	<b>1,614</b>	<b>0,045</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1,345	1,384	1,357	1,357	1,357	0,027
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		0,283	0,284	0,267	0,257	0,257	0,018
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>0,017</b>	<b>0,017</b>	<b>0,014</b>	<b>0,011</b>	<b>0,011</b>	<b>0,002</b>
Investimentos		0,017	0,017	0,014	0,011	0,011	0,002
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPDS</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>1,645</b>	<b>1,685</b>	<b>1,638</b>	<b>1,624</b>	<b>1,624</b>	<b>0,047</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>		<b>1,645</b>	<b>1,685</b>	<b>1,638</b>	<b>1,624</b>	<b>1,624</b>	<b>0,047</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1,645</b>	<b>1,685</b>	<b>1,638</b>	<b>1,624</b>	<b>1,624</b>	<b>0,047</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,008</b>	<b>0,038</b>	<b>0,018</b>	<b>0,018</b>	<b>0,024</b>	<b>0,004</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,002	0,018	0,004	0,004	0,015	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	0,006	0,021	0,014	0,014	0,009	0,004
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,000</b>	<b>0,019</b>	<b>0,012</b>	<b>0,012</b>	<b>0,006</b>	<b>0,002</b>
Investimentos	0,000	0,019	0,012	0,012	0,006	0,002
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>0,008</b>	<b>0,058</b>	<b>0,031</b>	<b>0,031</b>	<b>0,029</b>	<b>0,006</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	-	<b>0,000</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	0,000	0,000	0,000	-	0,000
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	-	<b>0,000</b>
Investimentos	-	0,000	0,000	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	-	<b>0,000</b>

**BALANÇO FINANCEIRO – Exercício 2018**  
**UNIDADE GESTORA EXECUTORA: 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

R\$ Bilhões

	NE	2018	2017		NE	2018	2017
INGRESSOS	3			DISPÊNDIOS	4		
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>1,671</b>	<b>1,651</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>1,364</b>	<b>1,378</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>0,307</b>	<b>0,273</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)			0,220
Recursos de Receitas Financeiras		-	-	Previdência Social (RPPS)		0,265	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Recursos de Receitas Financeiras			-
				Operação de Crédito			0,000
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		0,042	0,053
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>1,660</b>	<b>1,636</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>0,088</b>	<b>0,060</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		1,658	1,632	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasso Recebido		1,658	1,632	Independentes da Execução Orçamentária		0,088	0,060
Independentes da Execução Orçamentária		0,002	0,004	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		0,025	0,001
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		0,001	0,002	Demais Transferências Concedidas		0,000	
Demais Transferências Recebidas		0,001	0,001	Movimento de Saldos Patrimoniais		0,063	0,059
Movimentação de Saldos Patrimoniais		0,001	0,001	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-				
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>0,122</b>	<b>0,149</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>0,034</b>	<b>0,023</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		0,000	0,000	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		0,000	0,000
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		0,014	0,061	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		0,033	0,023
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,000	0,000	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,000	0,000
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,108	0,088	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		0,108	0,088				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>0,086</b>	<b>0,036</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>0,075</b>	<b>0,086</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,086	0,036	Caixa e Equivalentes de Caixa		0,075	0,086
<b>TOTAL</b>		<b>1,868</b>	<b>1,821</b>	<b>TOTAL</b>		<b>1,868</b>	<b>1,821</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFIweb

## BALANÇO PATRIMONIAL – Exercício 2018

UNIDADE GESTORA EXECUTORA: 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

R\$ Bilhões

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5</b>	<b>0,079</b>	<b>0,090</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7</b>	<b>0,139</b>	<b>0,108</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,075	0,086	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		0,119	0,067
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0,001	0,001	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,000	0,000
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		0,003	0,003	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		0,019	0,041
VPDs Pagas Antecipadamente		0,000	0,000	Demais Obrigações a Curto Prazo		0,000	0,000
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6</b>	<b>0,595</b>	<b>0,570</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8</b>	<b>0,132</b>	<b>0,132</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,003	0,003	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		0,132	0,132
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,003	0,003	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
<b>Investimentos</b>		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>0,270</b>	<b>0,240</b>
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-		<b>NE</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
<b>Imobilizado</b>		<b>0,585</b>	<b>0,560</b>	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		0,072	0,059	Demais Reservas		-	-
Bens Móveis		0,136	0,112	Resultados Acumulados		0,404	0,421
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-0,063	-0,053	Resultado do Exercício		-0,017	0,119
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		0,421	0,297
Bens Imóveis		0,512	0,500	Ajustes de Exercícios Anteriores		0,000	0,004
Bens Imóveis		0,518	0,505	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-0,005	-0,004	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9</b>	<b>0,404</b>	<b>0,421</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
<b>Intangível</b>		<b>0,008</b>	<b>0,008</b>				
Softwares		0,008	0,008				
Softwares		0,013	0,010				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-0,005	-0,003				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
<b>Diferido</b>		-	-				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>0,674</b>	<b>0,660</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>0,674</b>	<b>0,660</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO		0,075	0,086	PASSIVO FINANCEIRO		0,020	0,069
ATIVO PERMANENTE		0,599	0,575	PASSIVO PERMANENTE		0,270	0,231
				<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>12</b>	<b>0,385</b>	<b>0,361</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>13</b>	<b>0,006</b>	<b>0,017</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>14</b>	<b>0,112</b>	<b>0,125</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		0,006	0,017	Execução dos Atos Potenciais Passivos		0,112	0,125
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		0,006	0,006	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		-	-
Direitos Contratuais a Executar		0,000	0,011	Obrigações Contratuais a Executar		0,112	0,125
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>0,006</b>	<b>0,017</b>	<b>TOTAL</b>		<b>0,112</b>	<b>0,125</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		NE	
<b>Recursos Ordinários</b>			<b>0,018</b>
<b>Recursos Vinculados</b>			<b>0,038</b>
Previdência Social (RPPS)			0,000
Alienação de Bens e Direitos			0,000
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			0,037
<b>TOTAL</b>		<b>15</b>	<b>0,055</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFweb

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Exercício 2018**  
**UNIDADE GESTORA EXECUTORA: 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

R\$ Bilhões

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>			
	<b>NE</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>16</b>	<b>1,818</b>	<b>1,789</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>0,060</b>	<b>0,056</b>
Taxas		0,060	0,056
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>0,006</b>	<b>0,001</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,006	0,001
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
Juros e Encargos de Mora		0,000	0,000
Variações Monetárias e Cambiais		0,000	0,000
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1,699</b>	<b>1,669</b>
Transferências Intragovernamentais		1,660	1,637
Transferências Intergovernamentais		0,039	0,029
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,000	0,003
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>0,019</b>	<b>0,058</b>
Reavaliação de Ativos		0,012	0,055
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,002	0,002
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,005	0,002
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>0,035</b>	<b>0,005</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		0,032	0,003
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,003	0,002
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>17</b>	<b>1,835</b>	<b>1,669</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1,167</b>	<b>1,100</b>
Remuneração a Pessoal		0,890	0,822
Encargos Patronais		0,149	0,149
Benefícios a Pessoal		0,121	0,115
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,006	0,013
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>0,337</b>	<b>0,301</b>
Aposentadorias e Reformas		0,302	0,269
Pensões		0,034	0,033
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,000	0,000
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>0,160</b>	<b>0,138</b>
Uso de Material de Consumo		0,008	0,006
Serviços		0,137	0,116
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,015	0,016
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
Juros e Encargos de Mora		0,000	0,000
Variações Monetárias e Cambiais		0,000	0,000
Descontos Financeiros Concedidos		0,000	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>0,115</b>	<b>0,088</b>
Transferências Intragovernamentais		0,115	0,086
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,000	0,002
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>0,040</b>	<b>0,026</b>
Perdas com Alienação		0,000	-
Perdas Involuntárias		0,000	0,000
Incorporação de Passivos		0,037	0,015
Desincorporação de Ativos		0,003	0,011
<b>Tributárias</b>		<b>0,004</b>	<b>0,003</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,000	0,000
Contribuições		0,004	0,003
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>0,011</b>	<b>0,013</b>
Constituição de Provisões		0,011	0,012
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,001	0,000
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>18</b>	<b>-0,017</b>	<b>0,119</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFIweb

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Exercício 2018**

**UNIDADE GESTORA EXECUTORA: 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

R\$ Bilhões

	NE	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>19</b>	<b>0,019</b>	<b>0,077</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>1,768</b>	<b>1,724</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>1,768</b>	<b>1,724</b>
Ingressos Extraorçamentários		0,000	0,000
Transferências Financeiras Recebidas		1,660	1,636
Arrecadação de Outra Unidade		0,108	0,088
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-1,749</b>	<b>-1,647</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-1,508</b>	<b>-1,435</b>
Judiciário		-1,140	-1,101
Previdência Social		-0,341	-0,309
Encargos Especiais		-0,026	-0,025
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-0,152</b>	<b>-0,152</b>
Intragovernamentais		-0,152	-0,152
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-0,089</b>	<b>-0,061</b>
Dispêndios Extraorçamentários		0,000	0,000
Transferências Financeiras Concedidas		-0,088	-0,060
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>20</b>	<b>-0,030</b>	<b>-0,027</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>Alienação de Bens</b>		-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>		-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-0,030</b>	<b>-0,027</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>		<b>-0,028</b>	<b>-0,020</b>
<b>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</b>		-	-
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>		<b>-0,002</b>	<b>-0,006</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-0,011</b>	<b>0,050</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>0,086</b>	<b>0,036</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>21</b>	<b>0,075</b>	<b>0,086</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFIweb

# Notas Explicativas

- São parte integrante das demonstrações contábeis;
- Informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas demonstrações contábeis sejam claras;
- Contêm informação adicional às demonstrações contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

## Resumo das Políticas Contábeis

Políticas contábeis adotadas com base nas Lei 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em 2018 os registros contábeis foram baseados no MCASP 7ª Edição, válido para aplicação durante os exercícios de 2017 e 2018.

## Informações Gerais das Notas Explicativas (Contexto Operacional do TRT da 15ª Região)

- ❖ **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo; mais de 21 milhões de pessoas;
- ❖ **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 13 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 10 Unidades de Postos Avançados;
- ❖ **Força de trabalho:** 406 Magistrados e 3.193 servidores de cargos efetivos (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <http://portal.trt15.jus.br/web/guest/anexo-iv>);
- ❖ **Criação:** Lei Federal nº 7.520/1986;
- ❖ **Finalidade:** realizar justiça no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania no âmbito da sua jurisdição;
- ❖ **Missão:** solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento;
- ❖ **Visão de futuro:** trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção);
- ❖ **Atributos de valor:** celeridade, qualidade, efetividade, ética, transparência, acessibilidade, valorização das pessoas, responsabilidade social e inovação.



## Principais Critérios e Políticas Contábeis

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução;
- **Demais créditos e valores a curto prazo:** Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber;
- **Estoques:** Compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado;
- **Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:** Nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável;
- **Ativo realizável a longo prazo:** Compreendem, na conta Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, os direitos a receber a longo prazo por concessão de direitos de uso e exploração de bens e adiantamento de contribuições futuras da Funpresp. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações;
- **Imobilizado:** É composto pelos bens móveis e imóveis. Sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período;
- **Depreciação:** O registro da depreciação mensal dos bens imóveis, cadastrados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade, compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região; procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável; bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012; a partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável; a depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund;
- **Intangível:** Contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*);
- **Amortização:** O prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/ateste informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/ateste); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares);
- **Passivos circulantes e não circulantes:** As obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o passivo não circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo. São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP;
- **Provisões e passivos trabalhistas:** Conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento, o cálculo e apuração dos valores de passivos, observa a fundamentação constante da decisão que defere o direito, inclusive observando a prescrição. A atualização monetária e juros, é feita segundo os critérios estabelecidos na resolução 137/2014 do CSJT, alterada pela resolução 152/2015 e modificada pela liminar concedida pelo STF na Reclamação 22.012 MC/RS. Sendo que a definição da data inicial de incidência de correção monetária e juros segue os critérios estabelecidos no Processo Administrativo 0027600-20.2002.5.15.0895, a saber quando o pagamento deva ser de ofício, a correção monetária e juros ocorrem desde a competência do passivo, já quando depende de requerimento do interessado, a correção monetária ocorrerá a partir do seu pedido e juros a partir da decisão que deferir o direito.
- **Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.
- **Patrimônio Líquido:** É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.
- **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
- **Resultado orçamentário:** O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- **Resultado financeiro:** O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- **Ajustes de exercícios anteriores:** Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis	Conformidade das Demonstrações Contábeis
<p>Com a publicação no Manual SIAFI da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, em 04/06/2018, foi estabelecida uma nova rotina na apropriação de férias e de 13º Salário, houve a necessidade de adaptação dos sistemas de pessoal e apuração dos saldos das contas de adiantamento de férias e 13º salário. Essa apuração se deu, também, em virtude das Determinações do Acórdão 1322/2018 – TCU/Plenário:</p> <p><i>"... que providencie a conciliação e o inventário do saldo registrado na conta contábil de Adiantamento de 13º Salário, a fim de que o saldo registrado no Balanço Patrimonial represente, tão somente, o adiantamento realizado e ainda não descontado do servidor/empregado, por questões de competência ou outras devidamente justificadas, apresentando o resultado do trabalho ao TCU no prazo de 180 dias.</i></p> <p><i>... que providencie a conciliação e inventário do saldo registrado na conta contábil 2.1.1.1.1.01.02 - Décimo Terceiro Salário, apresentando o resultado do trabalho ao TCU no prazo de 180 dias.</i></p> <p><i>... que adote as providências necessárias para instituir controles efetivos e adequados com vistas a garantir que o registro do reconhecimento da VPD com 13º salário seja feito no momento da ocorrência do fato gerador da gratificação, independentemente da emissão do empenho e pagamento da despesa"</i></p> <p>A conta de 13º salário a pagar deve estar com saldo zerado em 31 de dezembro, e a conta de férias a pagar deve refletir o resultado do confronto entre a apropriação mensal do direito de gozo de férias do servidor e o saldo da conta de adiantamento de férias.</p> <p>Já o adiantamento concedido a pessoal a título de 13º salário deverá ter seu saldo analisado e conciliado com o sistema da folha de pagamento de forma que no final do exercício reflita apenas os adiantamentos concedidos e ainda não baixados, referentes ao exercício seguinte. Enquanto que a conta de adiantamento de férias deve refletir o saldo, em 31 de dezembro, relativo à concessão de férias antes do cumprimento do período aquisitivo. Portanto, no caso da JT, o saldo refletirá somente os pagamentos de férias no mês de dezembro relativas ao exercício seguinte.</p>	<p>É registrada por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela conformidade contábil da Unidade Gestora Executora;</p> <p>A base da conformidade contábil se apoia nos trabalhos de análise realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, mediante exames aos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitada desta forma a segregação de função;</p> <p>O número total de documentos emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, no exercício de 2018, somou 38.039 (trinta e oito mil e trinta e nove), considerados aqui os documentos de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros;</p> <p>Em relação ao objeto da conformidade, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 31.053 (trinta e um mil e cinquenta e três) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros;</p> <p>A análise objetiva, prioritariamente, certificar o registro contábil do ato ou fato de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem;</p> <p>Pretende, sobretudo, a verificação de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva;</p> <p>Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315 do Manual SIAFI, que trata da Conformidade Contábil, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as restrições registradas em 2018 foram regularizadas até o encerramento do exercício.</p>
	<p><b>Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis</b></p> <p>Visando o melhor entendimento por parte dos usuários da informação, as notas explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da demonstração contábil com o texto da nota explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis.</p>

## Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, e é composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

### NE 1 – Receitas Orçamentárias

A Previsão Inicial de Receita para o exercício de 2018 somou R\$ 39,5 milhões, sendo que destes, R\$ 38,8 milhões relativos à Recursos de Convênios, receita oriunda de Transferências Correntes.



Dos R\$ 7 milhões de Excesso de Arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões se deu em virtude das arrecadações com inscrições de candidatos ao Concurso Público para contratação de servidores, realizado em 2018.

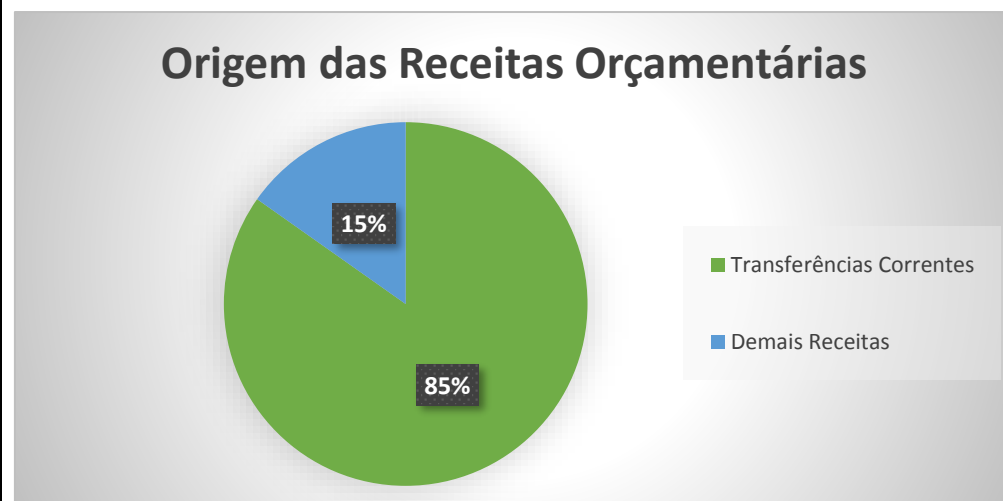
O quadro comparativo a seguir apresenta as Previsões e Realizações de Receitas – UO 15116, entre os anos de 2018 e 2017.

Categoria Econômica	EXERCÍCIO Origem Receita	2018			2017			REC. REALIZ. 2018/2017
		PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.	
RECEITAS CORRENTES	RECURSOS NA O-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	415.000,00	734.705,85	177,04%	1.068.914,00	445.587,64	41,69%	64,88%
	RECETA PATRIMONIAL	-	5.609.800,64	-	-	-	-	-
	RECETA DE SERVIÇOS	285.000,00	633.960,12	222,44%	-	327.761,40	-	93,42%
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.785.617,00	38.785.617,00	100,00%	37.362.120,00	29.371.807,72	78,61%	32,05%
	RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-	-	-
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>39.485.617,00</b>	<b>45.764.083,61</b>	<b>115,90%</b>	<b>38.431.034,00</b>	<b>30.145.156,76</b>	<b>78,44%</b>	<b>51,81%</b>
RECEITAS DE CAPITAL	REC.PROP.DECOR.ALEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	-	331.881,00	-	-	-	-	-
	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>331.881,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>39.485.617,00</b>	<b>46.095.964,61</b>	<b>116,74%</b>	<b>38.431.034,00</b>	<b>30.145.156,76</b>	<b>78,44%</b>	<b>52,91%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### Origem das Receitas Arrecadadas

Do total de receitas arrecadadas, cerca de 85% originaram-se de Transferências Correntes, que se refere a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.



Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

## NE 2 – Despesas Orçamentárias

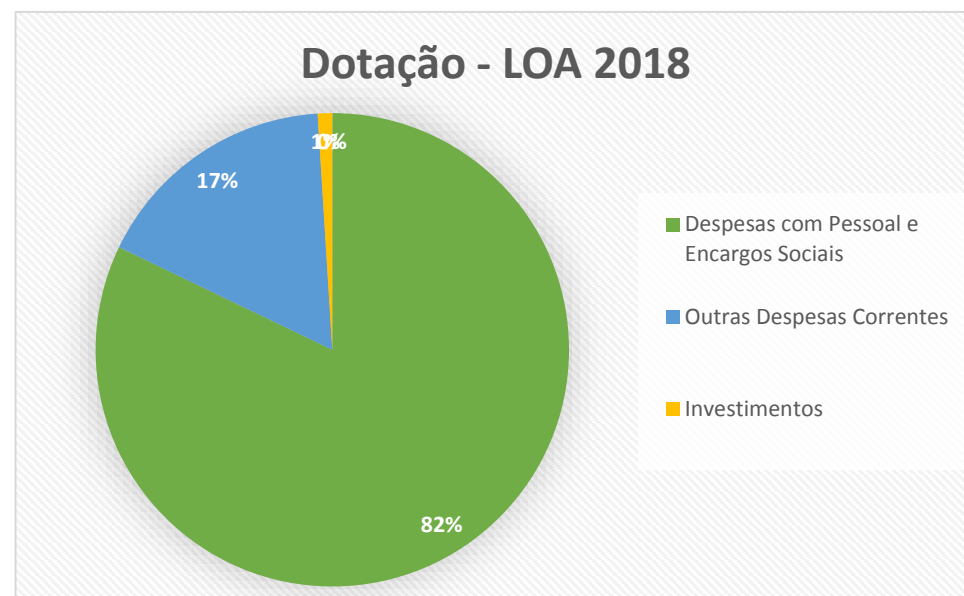
As despesas orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

### Dotação Autorizada

A dotação inicial consignada ao TRT da 15ª Região no ano de 2018 foi de R\$ 1,645 bilhão, que somada aos Créditos Adicionais Suplementares e Cancelamentos, totalizou R\$ 1,685 bilhão, constituindo a dotação atualizada líquida do exercício, acréscimo de 4,02% em relação ao ano de 2017, em função do “teto de gastos” estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95 que, a partir de 2017, limitou os gastos com base nas despesas do exercício anterior, corrigidos pela inflação (índice IPCA).

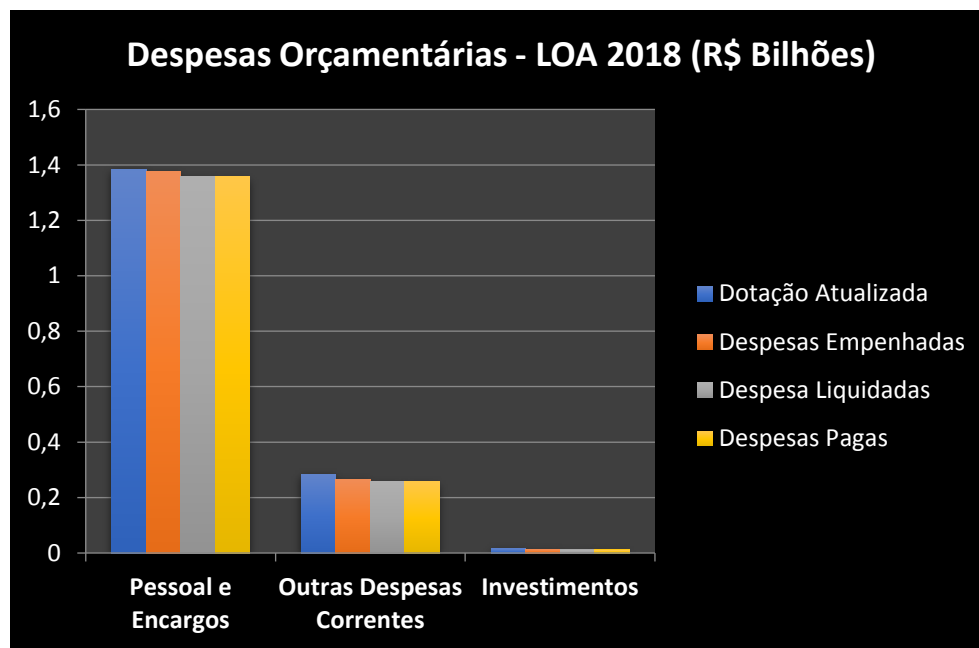
Considerados os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual, bem como aqueles recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, a dotação autorizada líquida para o TRT da 15ª Região no exercício de 2018 somou R\$ 1,718 bilhão.

Do total consignado na Lei Orçamentária Anual/2018 ao TRT da 15ª Região, 82% estão comprometidos com despesas de pessoal e encargos sociais, 17% autorizados para amparar outras despesas correntes e 1% destinados a investimentos.



## Execução das Despesas Orçamentárias

O gráfico a seguir, evidencia o grau satisfatório da execução da despesa em relação à dotação autorizada.



Os índices de Execução das Despesas foram todos satisfatórios, sendo:

- ✓ **Empenhadas 97,59%;**
- ✓ **Liquidadas 96,80%; e**
- ✓ **Pagas 96,78%.**

Dos R\$ 33 milhões Descentralizados, 26 milhões (total de Destaque e parte de Provisão) foram destinados para pagamentos de Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor), segue tabela de execução das descentralizações, em R\$:

DESCENTRALIZAÇÕES	DOTACAO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	INSC. RP NÃO PROCESSADO
Provisões	12.052.538,92	12.051.471,60	11.782.182,21	11.782.182,21	269.289,39
Destques de Crédito	20.948.742,00	20.848.101,59	20.848.101,59	20.848.101,59	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>33.001.280,92</b>	<b>32.899.573,19</b>	<b>32.630.283,80</b>	<b>32.630.283,80</b>	<b>269.289,39</b>

## Créditos Empenhados

O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária, e é registrado no momento da contratação do serviço, da obra, e aquisição do material ou bem, assim como, no início do exercício para as despesas obrigatórias e de caráter continuado.

Do total dos créditos autorizados, R\$ 1.671 bilhão foram empenhados, considerando as descentralizações.

O grau de gestão orçamentária, mediante a divisão do total empenhado pelo total autorizado, verifica-se grau de eficiência no planejamento e na execução dos gastos, próximo a 1,0.

## Créditos Liquidados

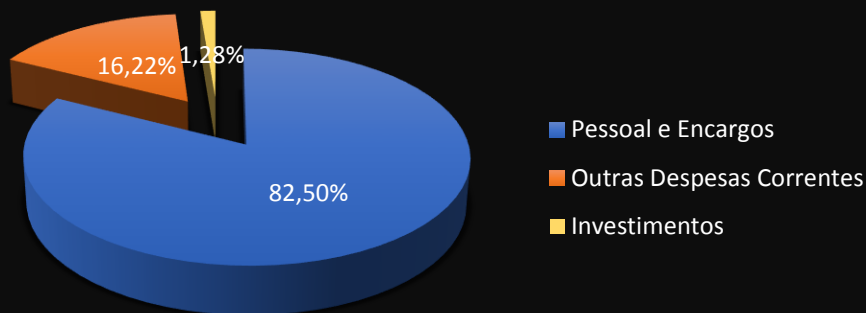
Constitui o segundo estágio da despesa pública, quando se promove a verificação, com conseqüente atestação ou rejeição acerca do cumprimento das condições previstas nas contratações e demais ajustes, abrangendo a entrega de materiais, bens ou obras e as prestações de serviço, e, resultando no reconhecimento ou não da obrigação de se proceder ao correspondente pagamento.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados líquidos de bloqueios foi de 96,80%.

Segue gráfico demonstrando as Despesas Empenhadas por Grupo, observa-se que 82,50% empenhado refere-se a despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

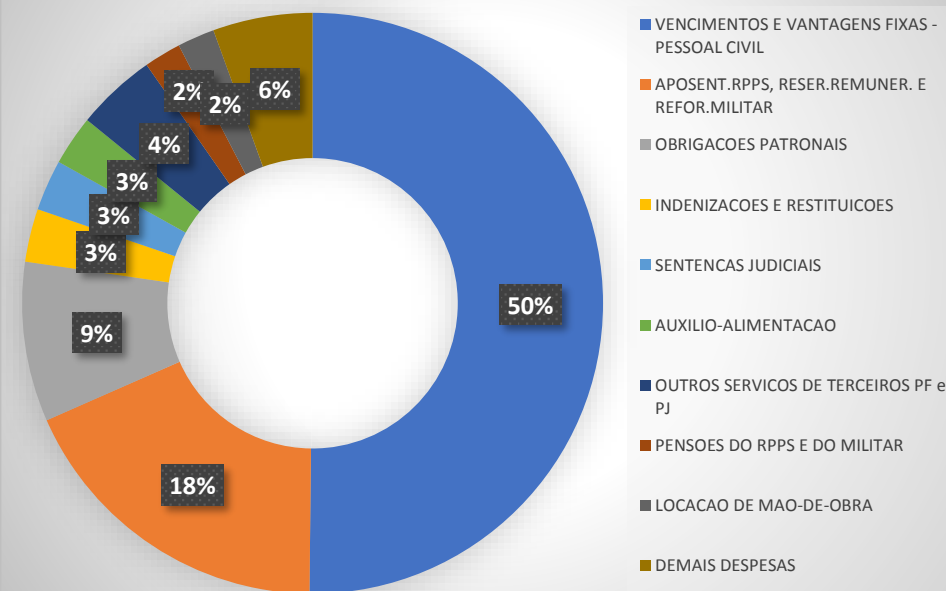
Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise das despesas aplicadas na manutenção e em investimentos, no TRT da 15ª Região.

### Despesas Empenhadas (Em %)



Foram liquidados R\$ 1,657 bilhão, considerando as descentralizações. Segue gráfico dos créditos liquidados por elementos de despesa.

### Despesas Liquidadas (em %)



Pela análise gráfica constata-se que as remunerações de pessoal ativo e inativo, pensões e encargos patronais equivalem a 79% dos créditos liquidados.

Em relação a Pessoal e Encargos Sociais, a dotação consignada no exercício amparou a liquidação das seguintes despesas:

- Folhas Habituais do ano;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamentos de diferenças decorrentes do Escalonamento (5%) da Parcela Autônoma de Equivalência dos períodos de 1995 a 1997,
- Pagamentos de diferenças diversas (Servidores).

Os pagamentos das diferenças do escalonamento (5%) da Parcela Autônoma de Equivalência foram efetuados com valores disponibilizados pelo CSJT - Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI nº 9/2018.

#### Inscrição em Restos a Pagar

Em 2018 foram Inscritos em Restos a Pagar R\$ 13,8 milhões, sendo que 98% refere-se a Restos a Pagar Não Processados (R\$ 13,6 milhões), ou seja, recursos empenhados e não liquidados durante o exercício.



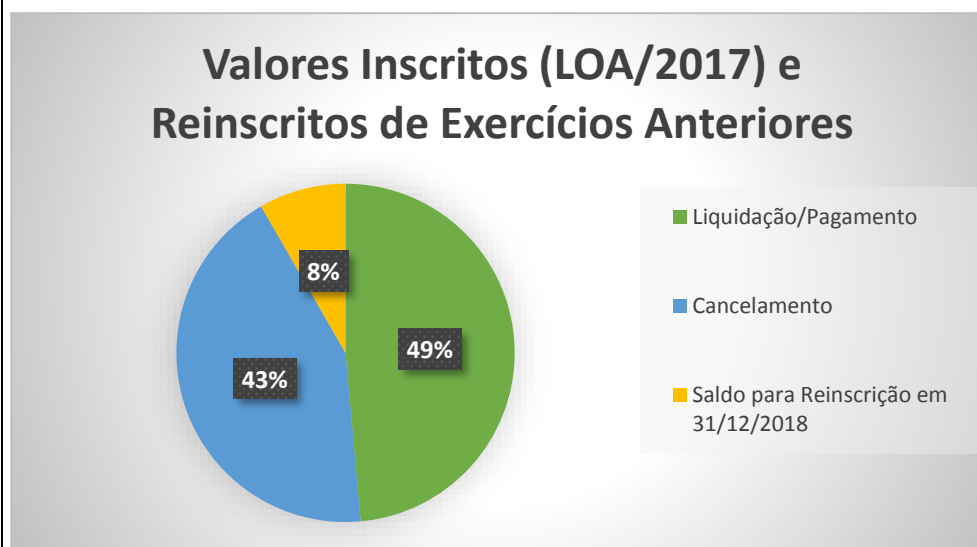
A porcentagem dos valores inscritos em restos a pagar não processados em relação à dotação autorizada líquida do bloqueio e da devolução das provisões recebidas não utilizadas, foi de:

- **0,79% do total consignado na LOA/2018;**
- **2,23% do total descentralizado líquido a título de provisão.**

Em relação ao orçamento total, o índice de inscrição em restos a pagar não processados ao final do exercício de 2018 foi de 0,79%, contra 3,66% apurado no ano de 2017.

#### Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os valores relativos à execução de restos a pagar não processados no exercício de 2018 são: R\$ 68.672.627,47 inscritos e reinscritos ao final de 2017, R\$ 33.356.423,78 liquidados, R\$ 29.601.266,96 cancelados e R\$ 5.714.936,73 reinscritos no final de 2018.



O saldo para reinscrição de restos a pagar ao final de 2018 foi de 8,32%, bem inferior ao do total reinscrito no final de 2017, que foi de 24,47% (R\$ 8.064.569,30 de saldo de um total de R\$ 32.952.637,27 inscritos/reinscritos).

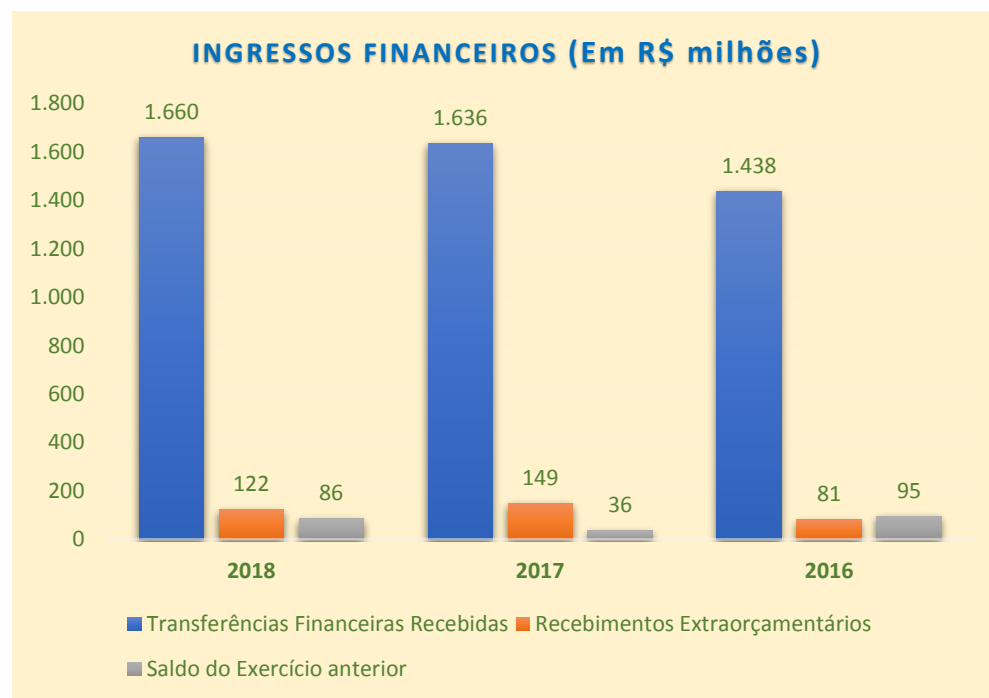
#### Execução de Restos a Pagar Processados

Do total de R\$ 145.985,65 inscrito em restos a pagar processados originários, restou pendente de pagamento o valor de R\$ 2.575,39, reinscrito em 31/12/2018 para pagamento em 2019.

## Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

### NE 3 – Ingressos



O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2018 registrado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento foi de R\$ 85,9 milhões, destinado a suportar o total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2017.

As transferências financeiras recebidas no exercício financeiro de 2018 contabilizaram R\$ 1.659,5 milhões, sendo: R\$ 1.657,7 milhões resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 1,8 milhão independentes da execução orçamentária.

Os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional (R\$ 108,2 milhões), os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2018 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 254,8 mil e R\$ 13,6 milhões, respectivamente.

A exemplo do ocorrido no ano de 2018, a variação negativa verificada entre os saldos 2018/2017 relativos a restos a pagar processados, decorre, sobretudo, do esforço do Órgão para a efetivação dos pagamentos das despesas liquidadas dentro do próprio exercício, para enquadramento nas disposições contidas na Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que trata do Novo Regime Fiscal.

A tabela seguinte apresenta os valores arrecadados nos anos 2018 e 2017, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento.

#### ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

(Em R\$)

Tipo de Receita	Exercício 2018	Exercício 2017	EXERCÍCIO 2018 (AV)	Var. % 2018/2017 (AH)
CUSTAS E EMOLUMENTOS	60.244.964,03	55.877.664,69	55,66%	7,82%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	604.907,39	810.279,83	0,56%	-25,35%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS – FT 50	734.705,85	445.587,64	0,68%	64,88%
INSCR. EM CONCURSOS E PROC. SELETIVO-PRINCIPAL	5.609.800,64	0,00	5,18%	100,00%
OUTROS RESSARCIMENTOS – FT 50	633.960,12	327.761,40	0,59%	93,42%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – FT 81	38.785.617,00	29.371.807,72	35,83%	32,05%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	1.085.778,46	644.004,74	1,00%	68,60%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	165.011,20	158.225,10	0,15%	4,29%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	44.918,04	46.172,27	0,04%	-2,72%
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	331.881,00	0,00	0,31%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>108.241.543,73</b>	<b>87.681.503,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>23,45%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

OBS: O valor relativo à desvinculação das Receitas da União – Fonte 100 somou R\$ 18,1 milhões.

## NE 4 – Dispêndios

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias, valores empenhados no exercício, somaram cerca de R\$ 1,671 bilhão, amparados em 81,63% com recursos ordinários do Tesouro Nacional, conforme apresentado no quadro a seguir.

O referido quadro aponta, ainda, um acréscimo de 1,19% no volume de empenhos no ano de 2018, em relação ao exercício anterior.

### Dispêndios Orçamentários

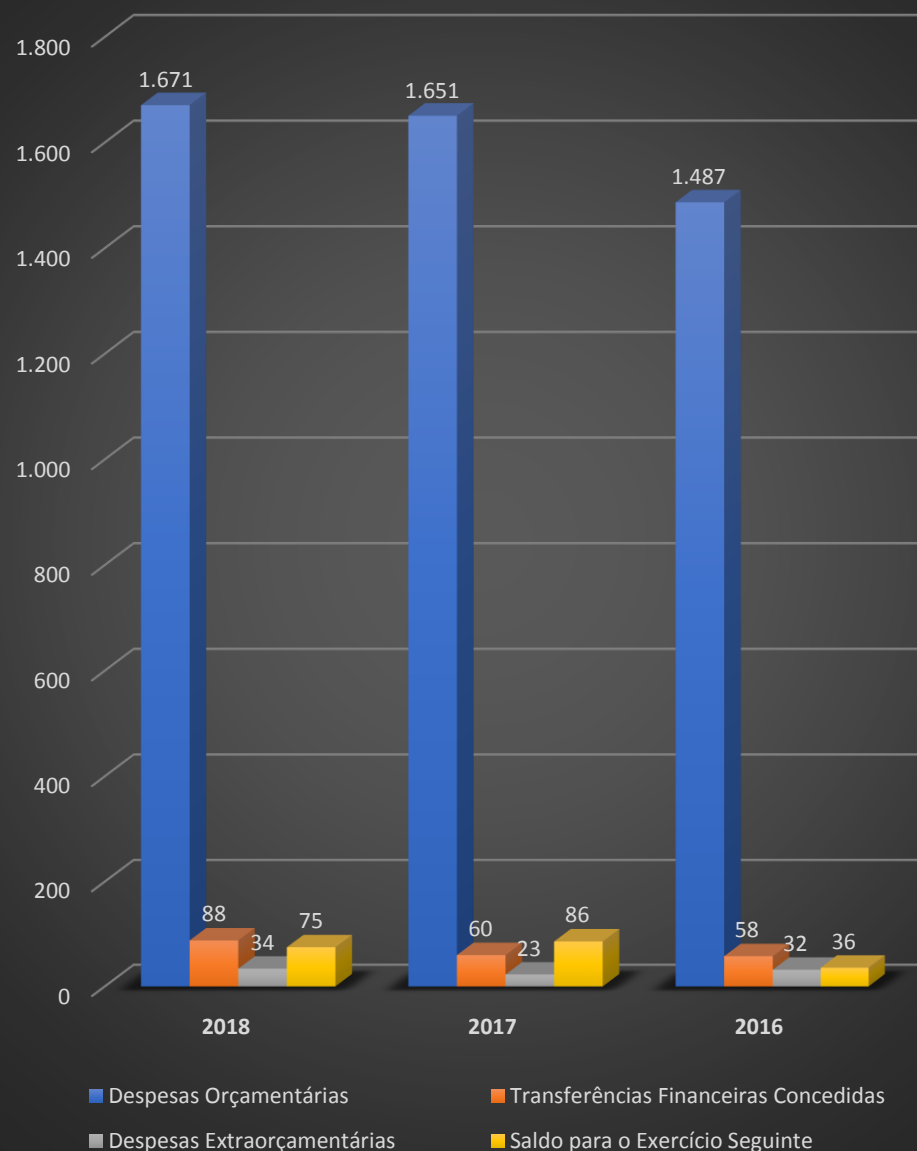
Fonte Recursos Detalhada		2018	2017	Exercício 2018 (AV)	Var. % 2018/2017 (AH)	Variação Absoluta 2018/2017
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS	1.363.621.653,34	1.377.907.479,55	81,62%	-1,04%	(14.285.826,21)
0127000000	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	13.055.673,55	15.947.090,95	0,78%	-18,13%	(2.891.417,40)
0150151160	RECEITAS PROPRIAS DIRET. ARREC/RT 15º REGIAO	1.819.825,32	1.062.396,19	0,11%	71,29%	757.429,13
0156000000	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	109.108.791,00	73.383.132,00	6,53%	48,68%	35.725.659,00
0169000000	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	155.549.923,00	146.766.265,00	9,31%	5,98%	8.783.658,00
0181151160	RECEITAS DE CONVENIOS - TRT 15º REGIAO	27.357.018,44	35.746.872,33	1,64%	-23,47%	(8.389.853,89)
0188000000	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	0,00	143.400,00	0,00%	-100,00%	(143.400,00)
8100000000	RECURSOS ORDINARIOS	168.080,90	0,00	0,01%	100,00%	168.080,90
<b>Total</b>		<b>1.670.680.965,55</b>	<b>1.650.956.636,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,19%</b>	<b>19.724.329,53</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos R\$ 88,1 milhões relativos às transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária, R\$ 63,2 milhões referem-se, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 24,9 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamento de restos a pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias (R\$ 33,8 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2018 a título de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício anterior.

### DISPÊNDIOS FINANCEIROS (Em R\$ milhões)





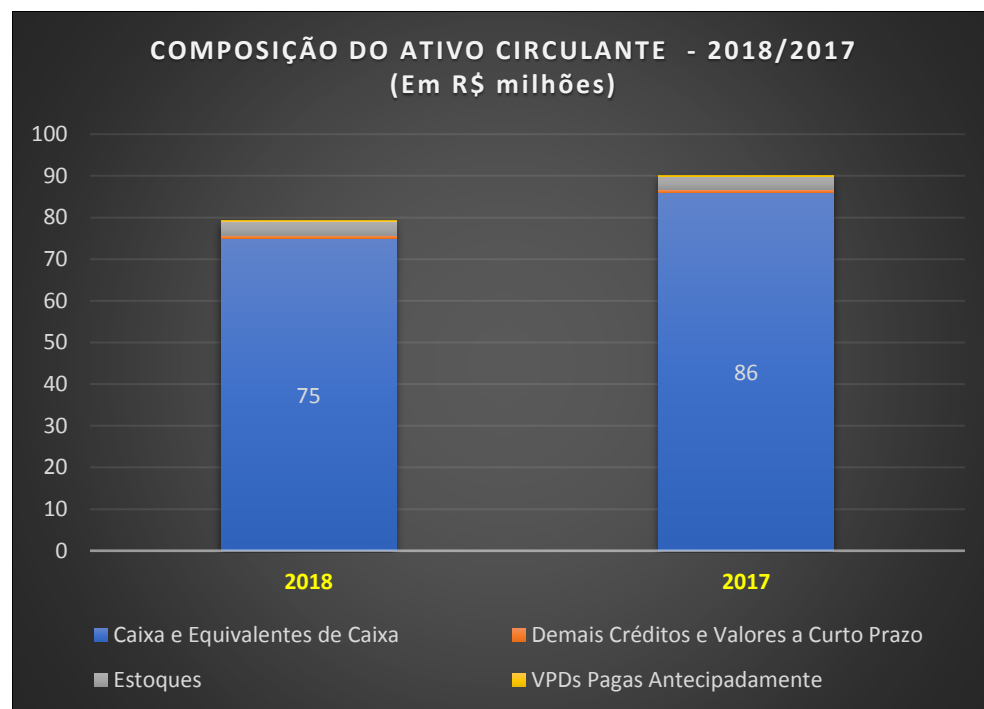
## Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

### NE 5 – Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O somatório de R\$ 79.281.009,15 dos recursos com livre movimentação, para aplicação nas operações da entidade, compõe-se da seguinte maneira:

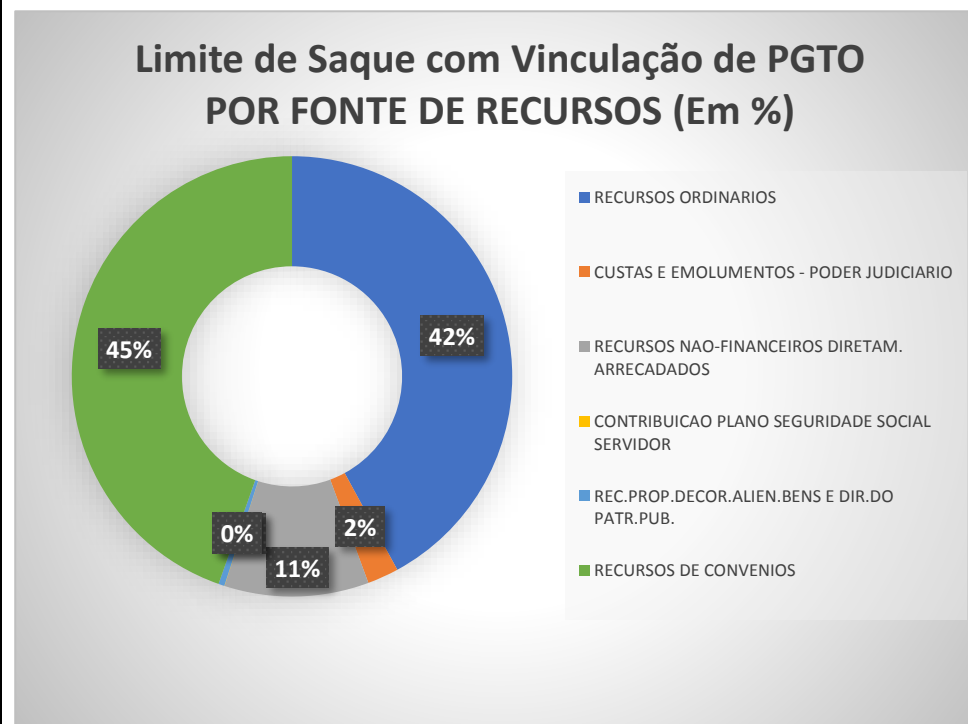


Evidencia-se, mediante análise gráfica, que 95% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 75.116.608,42, sendo que destes, 99,83% dizem respeito ao saldo da conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, R\$ 74.986.334,58, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2019, inscritas como restos a pagar processados e não processados no final de 2018, segue quadro com a composição da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa:

Exercício	2018	2017			Variação
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	AH	AV	Absoluta R\$
111111903 DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	130.273,84	130.273,84	0,00%	0,17%	0,00
111122001 LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	74.986.334,58	85.754.006,85	-12,56%	99,83%	-10.767.672,27
<b>Total</b>	<b>75.116.608,42</b>	<b>85.884.280,69</b>	<b>-12,54%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(10.767.672,27)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

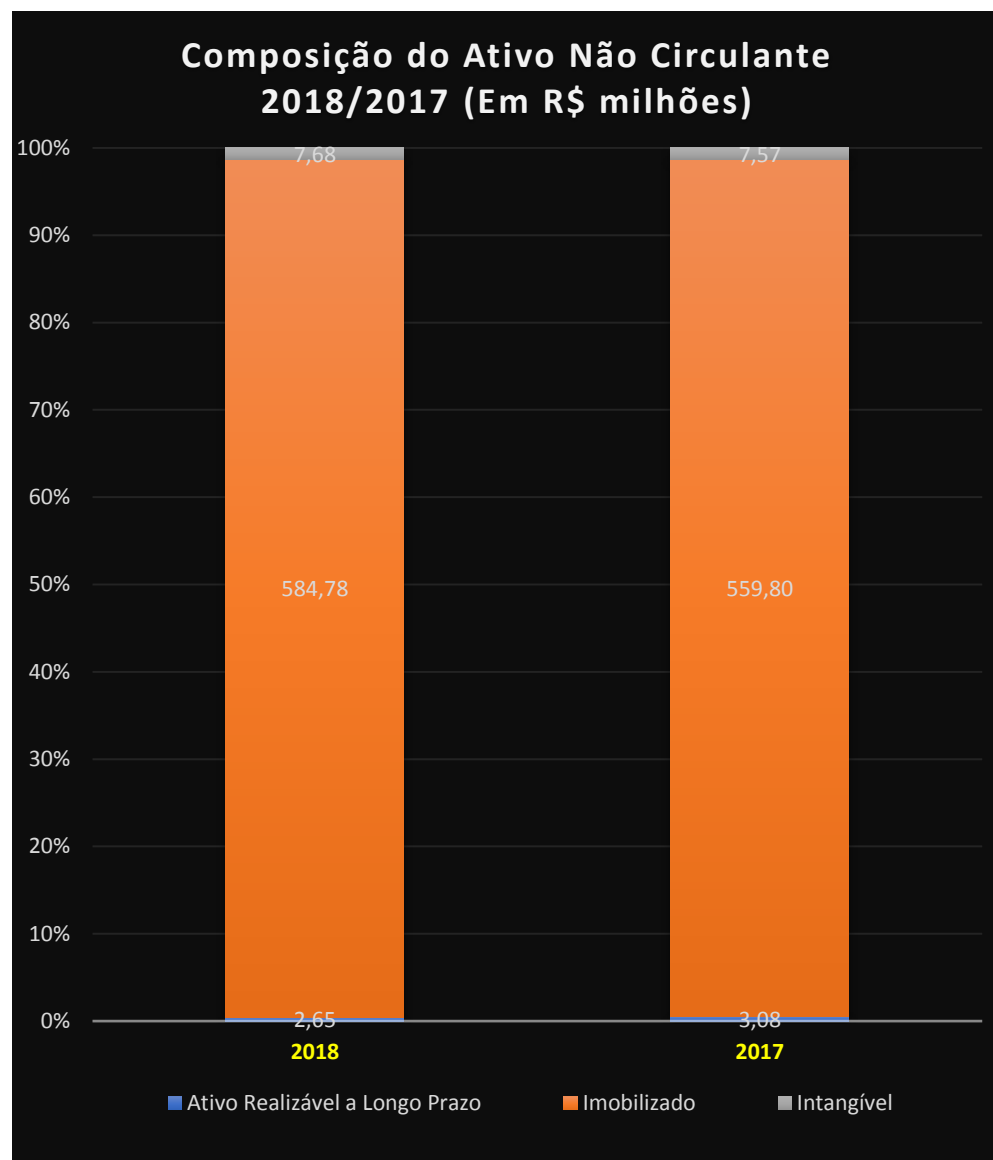
A Seguir, segue gráfico com a composição dos Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos:



Verifica-se que os recursos de Convênios (R\$ 33,4 milhões) e os Recursos Ordinários (R\$ 31,5 milhões) correspondem a 44,58% e 42,06%, respectivamente, do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

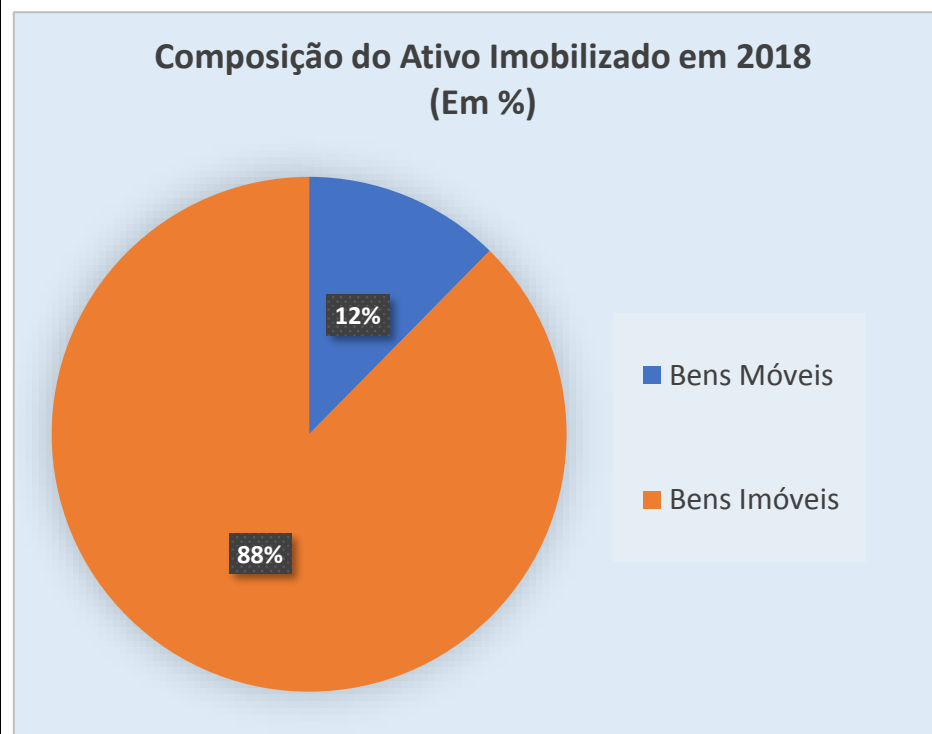
## NE 6 – Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 595.177.262,67 em ativos contabilizados para o Órgão, constituído por créditos, imobilizado e intangível, conforme segue discriminado.



Com base na análise gráfica, constata-se que quase a totalidade do Ativo não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98,26% do grupo.

O Ativo Imobilizado, por sua vez, está assim constituído:



## Bens Móveis

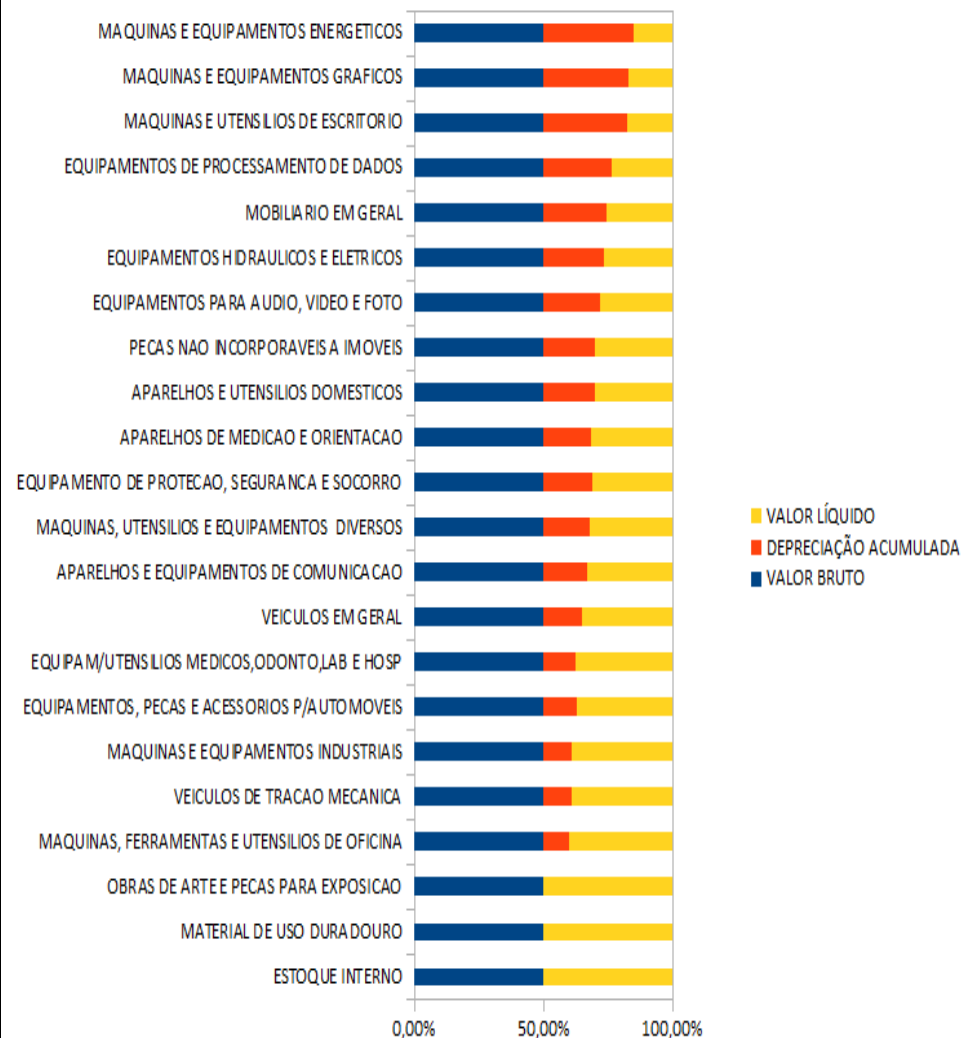
Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação e do valor líquido, por grupo de bens móveis, estocados e distribuídos.

### BENS MÓVEIS E DEPRECIÇÃO EM ORDEM DECRESCENTE DE VALOR DE AQUISIÇÃO - Exercício 2018

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	77.517.448,47	41.516.115,54	36.001.332,93
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	24.514.210,99	12.121.954,19	12.392.256,80
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	9.848.675,03	4.005.355,79	5.843.319,24
123110503	VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA	9.214.902,21	2.008.842,84	7.206.059,37
123110801	ESTOQUE INTERNO	5.745.691,18	0,00	5.745.691,18
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.770.015,54	1.068.214,37	1.701.801,17
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.050.120,43	906.680,73	1.143.439,70
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.196.732,01	411.216,84	785.515,17
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	727.033,32	507.807,16	219.226,16
123110302	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	515.542,29	337.342,97	178.199,32
123110125	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	344.460,99	126.372,01	218.088,98
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	320.049,05	0,00	320.049,05
123110103	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	319.082,39	81.786,61	237.295,78
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	203.415,02	60.998,26	142.416,76
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	124.872,70	47.100,11	77.772,59
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	83.974,48	34.136,48	49.838,00
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	39.102,70	18.301,72	20.800,98
123110406	OBRA DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	39.011,11	0,00	39.011,11
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	29.038,52	7.525,88	21.512,64
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	21.036,79	4.161,06	16.875,73
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.738,88	1.516,80	5.222,08
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.637,75	1.092,33	545,42
<b>TOTAL</b>		<b>135.632.791,85</b>	<b>63.266.521,69</b>	<b>72.366.270,16</b>

O gráfico a seguir apresenta em ordem decrescente os grupos de bens móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo assim para análise gerencial de futuros investimentos.



## Bens Imóveis

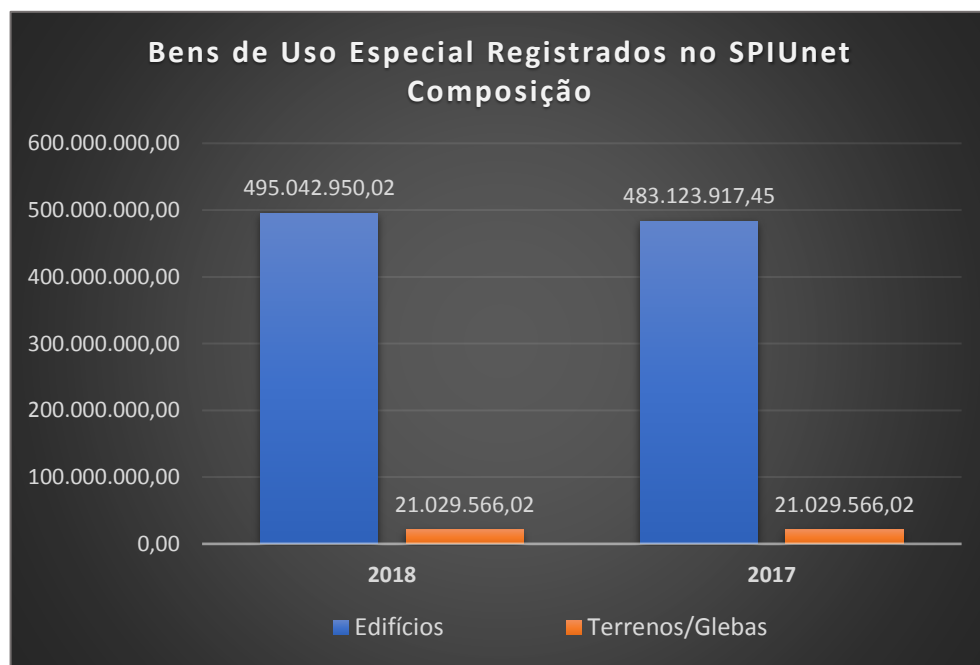
O grupo de conta contábil Bens Imóveis representa 88% do Imobilizado e 86% do total do Ativo não Circulante do Órgão. Ele compreende o registro de edifícios e terrenos, destinados ao serviço do Órgão, bem como valores contabilizados de obras em andamento, instalações, e os gastos com estudos e projetos das obras.

### Bens Imóveis - Composição

Exercício	2018	2017	AH	Variação Absoluta R\$
Item	Saldo R\$	Saldo R\$		
Bens de Uso Especial	516.072.516,04	504.153.483,47	2,36%	11.919.032,57
Bens Imóveis em Andamento	1.456.974,56	426.113,36	241,92%	1.030.861,20
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(5.112.902,86)	(4.273.400,23)	19,64%	(839.502,63)
<b>Total</b>	<b>512.416.587,74</b>	<b>500.306.196,60</b>	<b>2,42%</b>	<b>12.110.391,14</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial Registrado no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95,93% e 4,07% do total, respectivamente. Segue gráfico comparativo entre 2018 e 2017, desconsiderando o valor das depreciações.



Já os bens imóveis em andamento contemplam valores que com a conclusão das obras serão incorporados ao valor dos imóveis, sendo composto por valores de estudos e projetos R\$ 486.465,27, e de obras em andamento R\$ 970.509,29.

## NE 7 – Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, somou R\$ 138,5 milhões ao final do exercício de 2018. São relevantes, no passivo circulante, os valores a pagar relativos aos passivos trabalhistas que do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (R\$ 119,1 milhões) correspondem a 62,8%, cerca de R\$ 74,8 milhões, sendo 59,89% com obrigações trabalhistas a pagar e 2,91% com encargos sociais, conforme demonstrado na tabela a seguir.

### Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar - Curto Prazo

Exercício	2018	2017	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
211110101 SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	19.289,90	6.493.680,90	-99,70%	0,02%	(6.474.391,00)
211110103 FERIAS A PAGAR	44.276.646,85	0,00	10000,00%	37,17%	44.276.646,85
211110400 OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	71.330.688,19	55.305.778,76	28,98%	59,89%	16.024.909,43
211420101 INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOES - INTRA	0,00	76.134,41	-100,00%	0,00%	(76.134,41)
211420103 INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA	12.069,68	162,02	7349,50%	0,01%	11.907,66
211421300 PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS - INTRA	0,00	2.135.000,00	-100,00%	0,00%	(2.135.000,00)
211429800 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	3.468.513,88	2.997.274,58	15,72%	2,91%	471.239,30
<b>Total</b>	<b>119.107.208,50</b>	<b>67.008.030,67</b>	<b>77,75%</b>	<b>100,00%</b>	<b>52.099.177,83</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Ainda, em relação aos passivos trabalhistas, cerca de R\$ 19 milhões estão registrados como provisões que é o reconhecimento dos valores não contabilizados pela falta de comprovação documental, devidos aos órgãos detentores de servidores requisitados, pois satisfazem as seguintes condições: o Tribunal tem obrigação presente em decorrência de evento passado; a saída de recursos para a liquidação da obrigação é provável; e o valor estimado da obrigação é confiável.

## NE 8 – Passivo Não Circulante

O grupo Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou cerca de R\$ 132 milhões registrado a título de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências, conforme tabela a seguir.

Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar - Longo Prazo

Exercício		2018	AV
Conta Contábil		Saldo R\$	
221110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	119.283.385,00	90,46%
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	12.573.443,30	9,54%
<b>Total</b>		<b>131.856.828,30</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

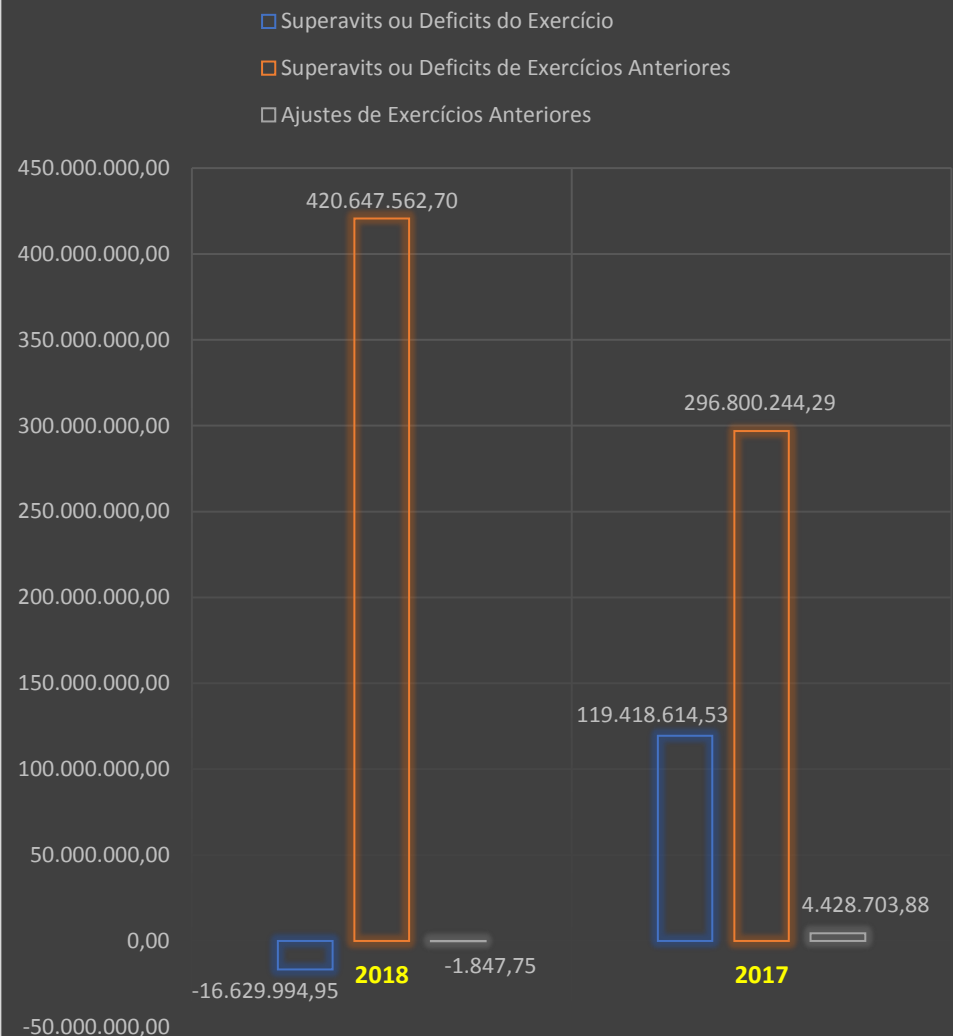
## NE 9 – Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, o patrimônio líquido do Órgão acumula R\$ 404.015.720,00.

Houve uma redução no valor do Patrimônio Líquido de R\$ 16,6 milhões, sobretudo, em função do déficit apresentado no exercício de 2018, que será melhor demonstrado em nota explicativa da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, onde é apurado o Resultado do Exercício.

O gráfico a seguir, representando o Patrimônio Líquido, apresenta a composição do Resultado Acumulado do Exercício de 2018 em comparação com o ano anterior.

## Patrimônio Líquido Composição do Resultado Acumulado (Em R\$)

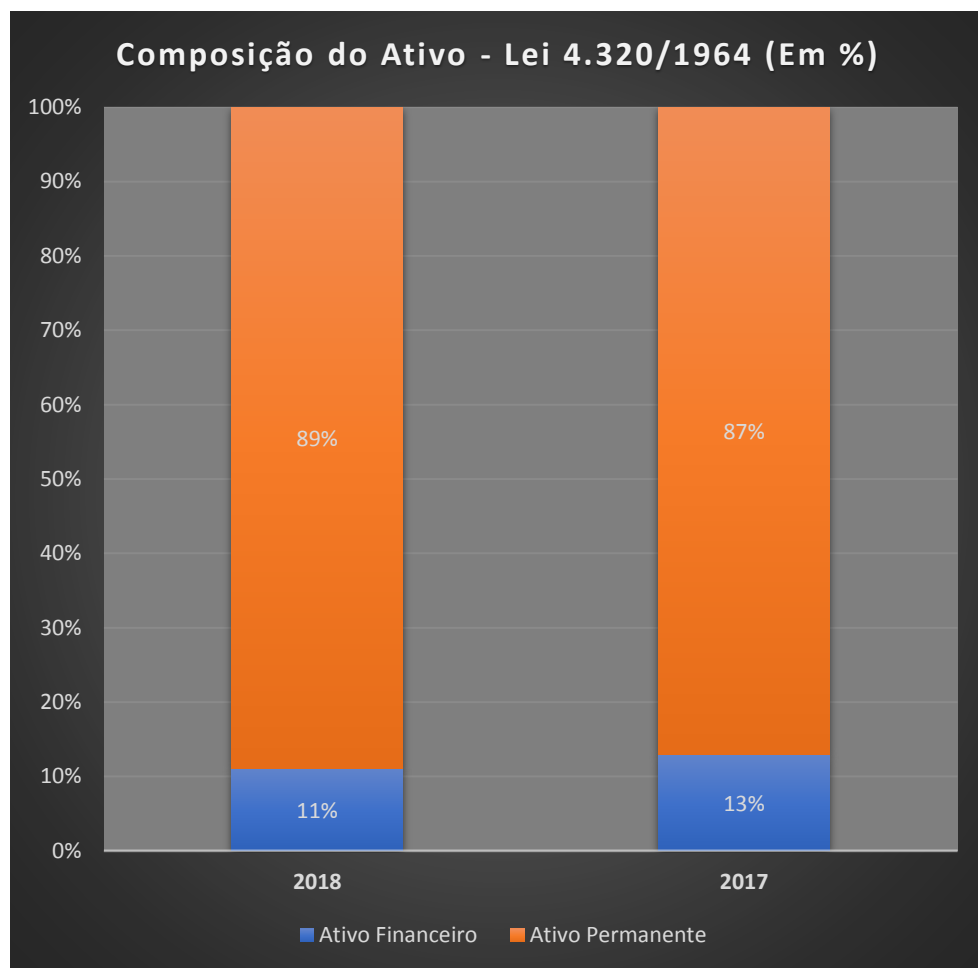


### Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e Saldo Patrimonial

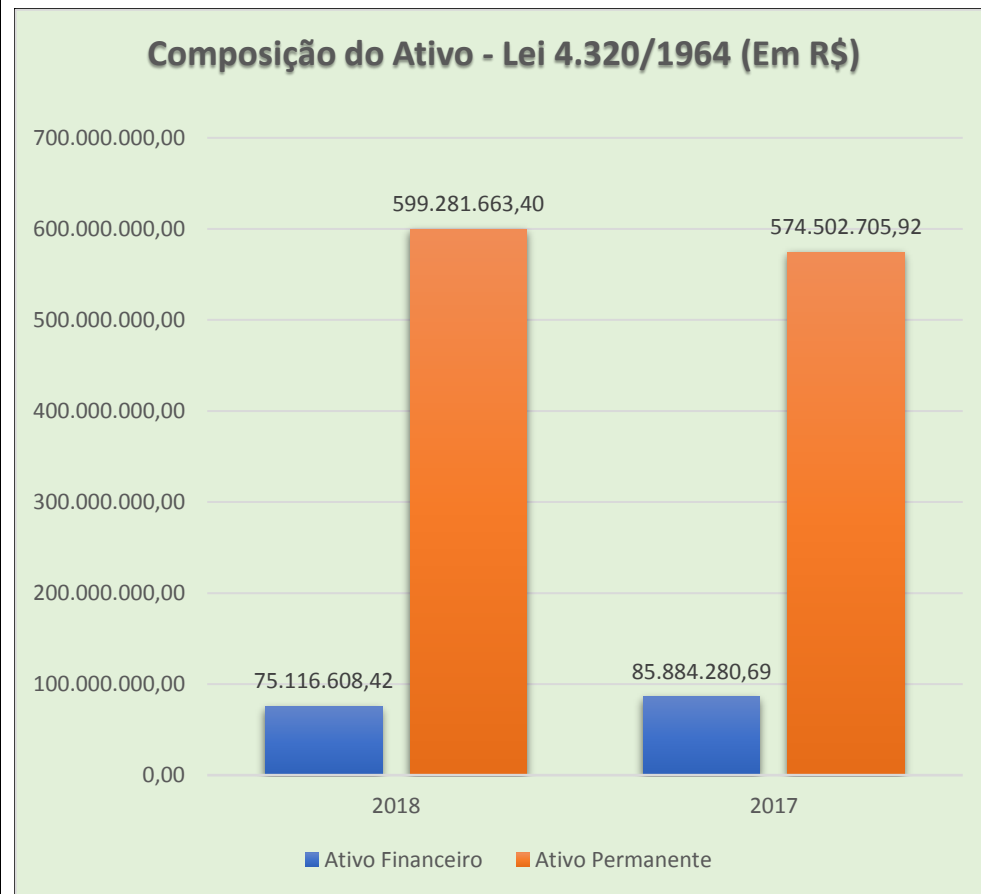
A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

### NE 10 – Ativo

O Total do Ativo somou R\$ 674.398.271,82, composto da seguinte maneira:



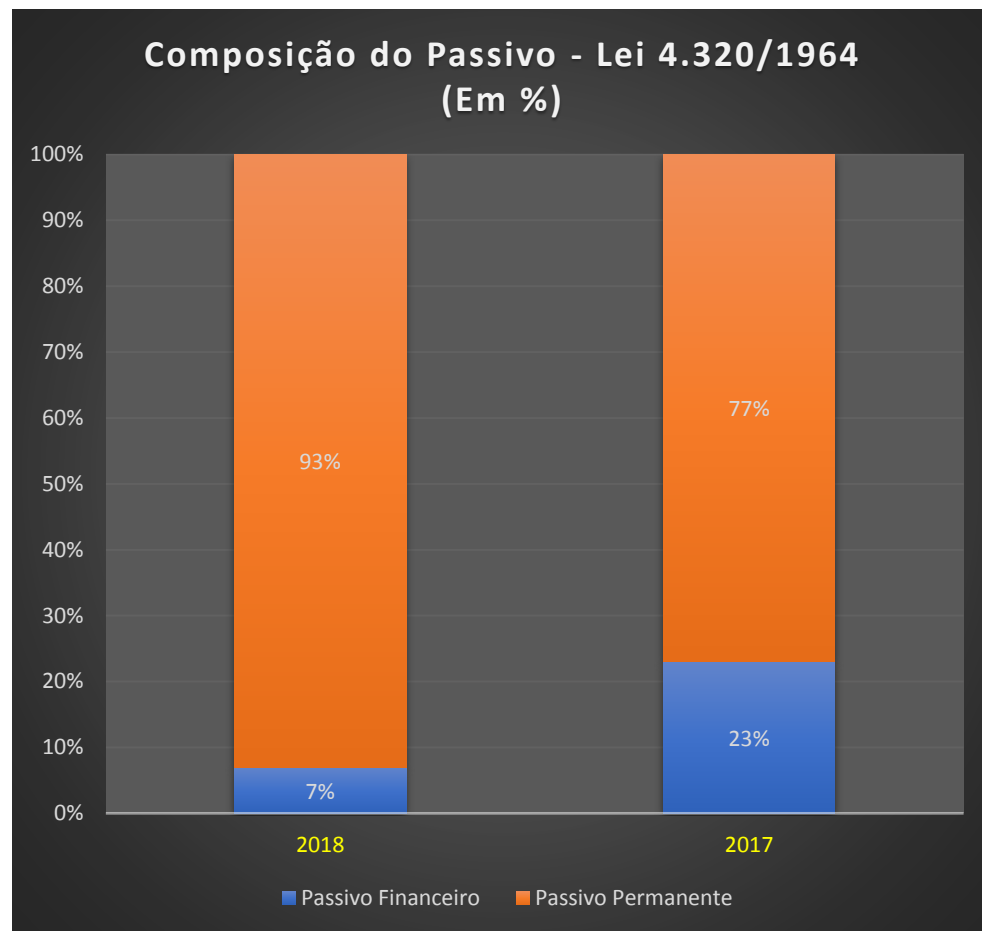
Pela análise gráfica, observa-se que houve uma variação na composição do Ativo de 2% do Financeiro para o Permanente entre 2017 e 2018. Em valores (R\$) essa variação apresentou-se da seguinte maneira:



Ativo Financeiro	Ativo Permanente
99,83% refere-se a Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, R\$ 74,9 milhões, que inclui os saldos destinados a amparar as pendências de pagamento para 2019, inscritas como restos a pagar processados e não processados no final de 2018.	97,6% do total refere-se ao Ativo Imobilizado (Bens Móveis e Imóveis).

## NE 11 – Passivo

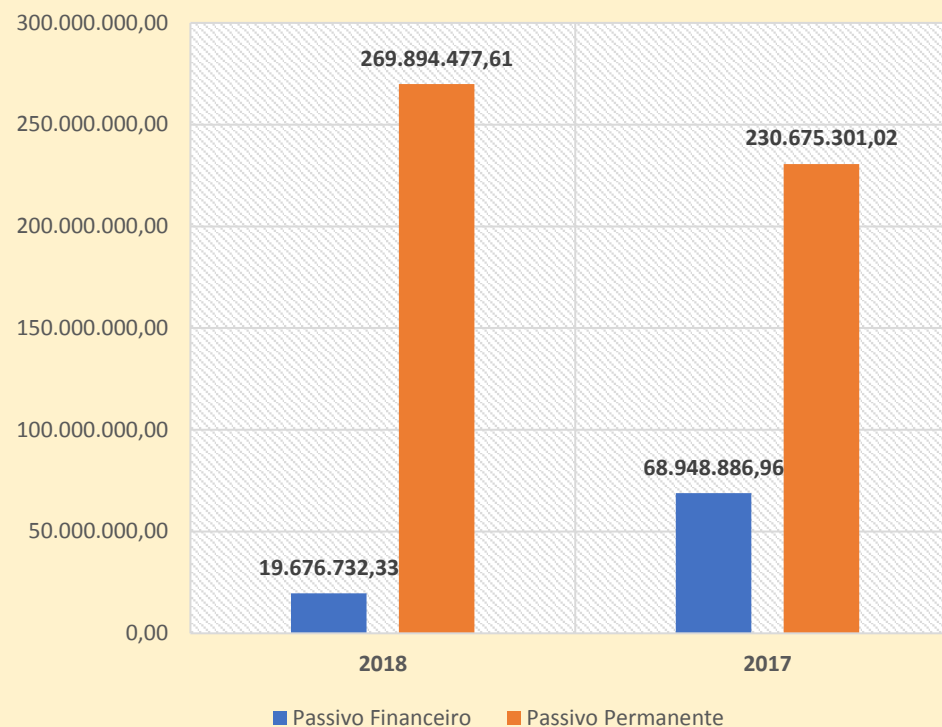
O Passivo Exigível somou 289.571.209,94, assim constituído:



Pela análise gráfica, observa-se que houve uma variação na composição do Passivo de 16% do Financeiro para o Permanente entre 2017 e 2018.

Em valores (R\$) houve uma redução de cerca de R\$ 10 milhões do Passivo Exigível, o que corresponde a uma variação total de 3%:

## Composição do Passivo - Lei 4.320/1964 (Em R\$)



### Passivo Financeiro

Em 2018 houve uma redução significativa entre os valores relativos a restos a pagar não processados, sendo uma variação de:

- 74% na conta de crédito a liquidar inscrito em RPNP;
- 99,7% na conta de crédito em liquidação inscrito em RPNP; e
- 29,3% na conta de RP não processados a liquidar, em relação à 2017.

### Passivo Permanente

O passivo permanente está constituído de pendências trabalhistas:

- 91,6% de Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar; e
- 8,4% de Provisões para Indenizações Trabalhistas.

## NE 12 – Saldo Patrimonial

Exercício	2018	2017	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta	Saldo R\$	Saldo R\$			
ATIVO FINANCEIRO	75.116.608,42	85.884.280,69	-12,54%	11,14%	(10.767.672,27)
ATIVO PERMANENTE	599.281.663,40	574.502.705,92	4,31%	88,86%	24.778.957,48
TOTAL DO ATIVO	674.398.271,82	660.386.986,61	2,12%	100,00%	14.011.285,21
PASSIVO FINANCEIRO	19.676.732,33	68.948.886,96	-71,46%	6,80%	(49.272.154,63)
PASSIVO PERMANENTE	269.894.477,61	230.675.301,02	17,00%	93,20%	39.219.176,59
TOTAL DO PASSIVO	289.571.209,94	299.624.187,98	-3,36%	100,00%	(10.052.978,04)
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>384.827.061,88</b>	<b>360.762.798,63</b>	<b>6,67%</b>	<b>-</b>	<b>24.064.263,25</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O saldo patrimonial verificado foi de R\$ 384.827.061,88, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 19.188.658,12 a menor, pois não estão computados os seguintes saldos: R\$ 13.556.769,48 relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2018, inscritos em restos a pagar não processados a liquidar ao final do exercício, e R\$ 5.631.888,64 originários do saldo de restos a pagar não processados a liquidar executados no ano de 2018, desconsiderados os valores em liquidação.

O inciso II do art. 35 da Lei 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no passivo financeiro, impactando o saldo patrimonial.

## NE 13 – Saldo dos Atos Potenciais Ativos

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 6.133.836,78, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2018	2017	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
FIANCAS A EXECUTAR	1.327.446,37	1.353.509,79	-1,93%	21,64%	(26.063,42)
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	4.651.429,70	4.720.087,99	-1,45%	75,83%	(68.658,29)
CAUCAO A EXECUTAR	130.273,84	130.273,84	0,00%	2,12%	0,00
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	24.686,87	50.016,34	-50,64%	0,40%	(25.329,47)
TERMOS/ACORDOS DE COOPERACAO EXECUTADO	0,00	10.572.122,72	-100,00%	0,00%	(10.572.122,72)
<b>Total</b>	<b>6.133.836,78</b>	<b>16.826.010,68</b>	<b>-63,55%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(10.692.173,90)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Os saldos a executar relativos às fianças, seguros-garantia e caução correspondem a 76% dos Atos Potenciais Ativos.

Com a centralização da realização dos Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, alteração referendada pela Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017, este Regional parou de registrar esses Termos em Atos Potenciais, pois em 2018, os valores arrecadados pelo CSJT, foram repassados para o TRT 15ª Região, estando registrados no Balanço Orçamentário como Transferências Correntes.

## NE 14 – Saldo dos Atos Potenciais Passivos

O total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 111.583.883,57, compreende as seguintes obrigações contratuais:

Exercício	2018	2017	AH	AV	Variação Absoluta R\$
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$			
Serviços	68.111.887,89	71.287.396,59	-4,45%	61,04%	(3.175.508,70)
Alugueis	42.471.347,69	52.205.460,74	-18,65%	38,06%	(9.734.113,05)
Fornecimento de Bens	1.000.647,99	1.063.094,29	-5,87%	0,90%	(62.446,30)
<b>Total</b>	<b>111.583.883,57</b>	<b>124.555.951,62</b>	<b>-10,41%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(12.972.068,05)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Do total, 61% referem-se a contratos de serviços, e 38% a contratos de alugueis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado.



## NE 15 – Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

O quadro a seguir apresenta a composição das disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Exercício	2018	2017	AH	Variação Absoluta R\$
Conta	Saldo R\$	Saldo R\$		
ATIVO FINANCEIRO	75.116.608,42	85.884.280,69	-12,54%	(10.767.672,27)
PASSIVO FINANCEIRO	19.676.732,33	68.948.886,96	-71,46%	(49.272.154,63)
TOTAL DO PASSIVO	55.439.876,09	16.935.393,73	227,36%	38.504.482,36

Fonte: Tesouro Gerencial

Com o propósito de apresentar o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial ajustado com o recurso diferido para 2019, segue o demonstrativo.

SUPERAVIT FINANCEIRO AJUSTADO (EM R\$)	
SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL	55.439.876,09
Recursos Diferidos para 2019	-18.151.761,56
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>37.288.114,53</b>
<b>RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS</b>	<b>37.288.114,53</b>
Fonte 50 - Recursos Próprios	7.809.401,99
Fonte 63 - Recursos Próprios	331.881,00
Fonte 81 - Recursos de Convênio	29.146.831,54

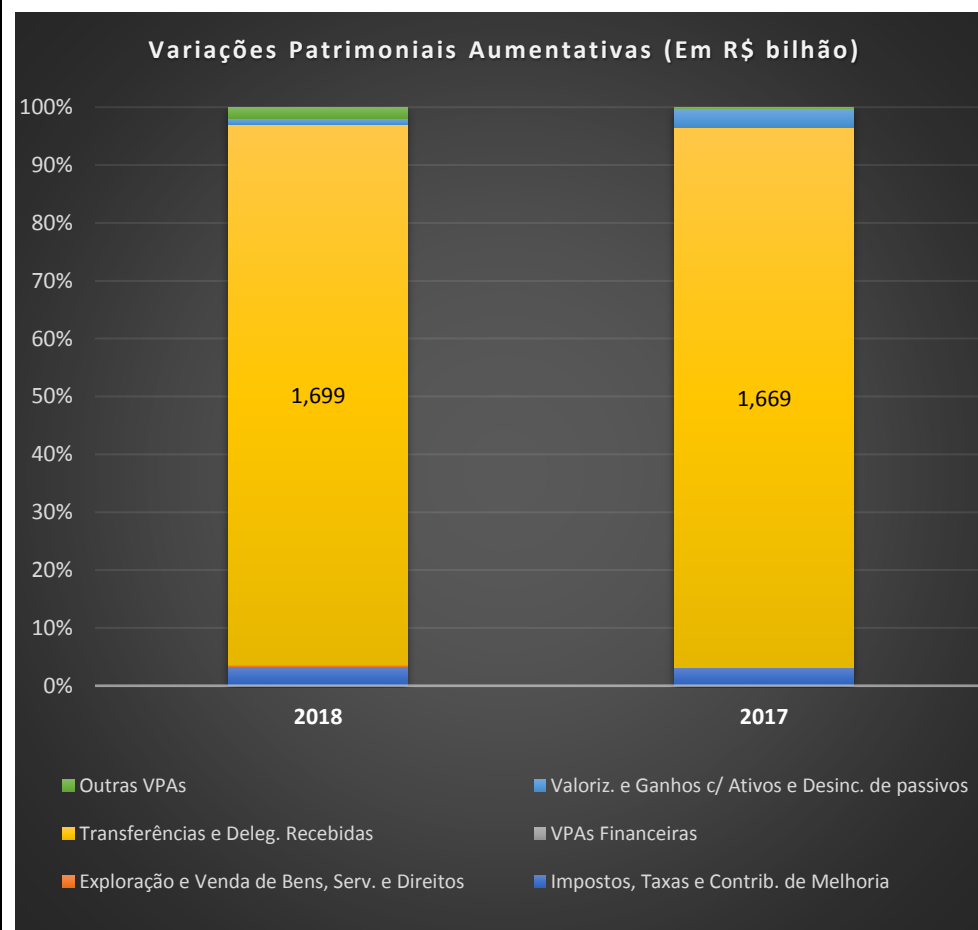
Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

## Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, mediante confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

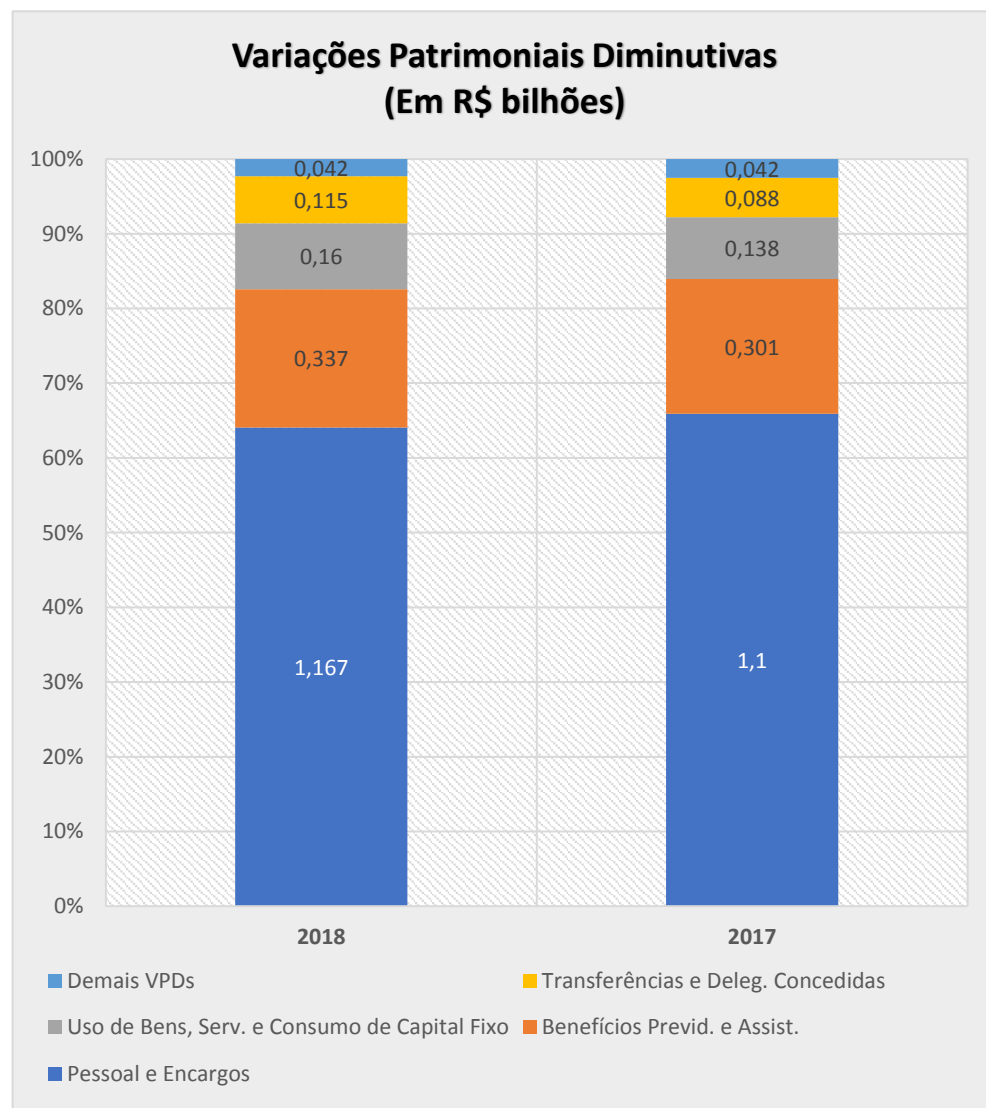
## NE 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas foram de R\$ 1,818 bilhão, sendo que 93,42% correspondem a Transferências recebidas (91,29% Intragovernamentais, e 2,13% Intergovernamentais).



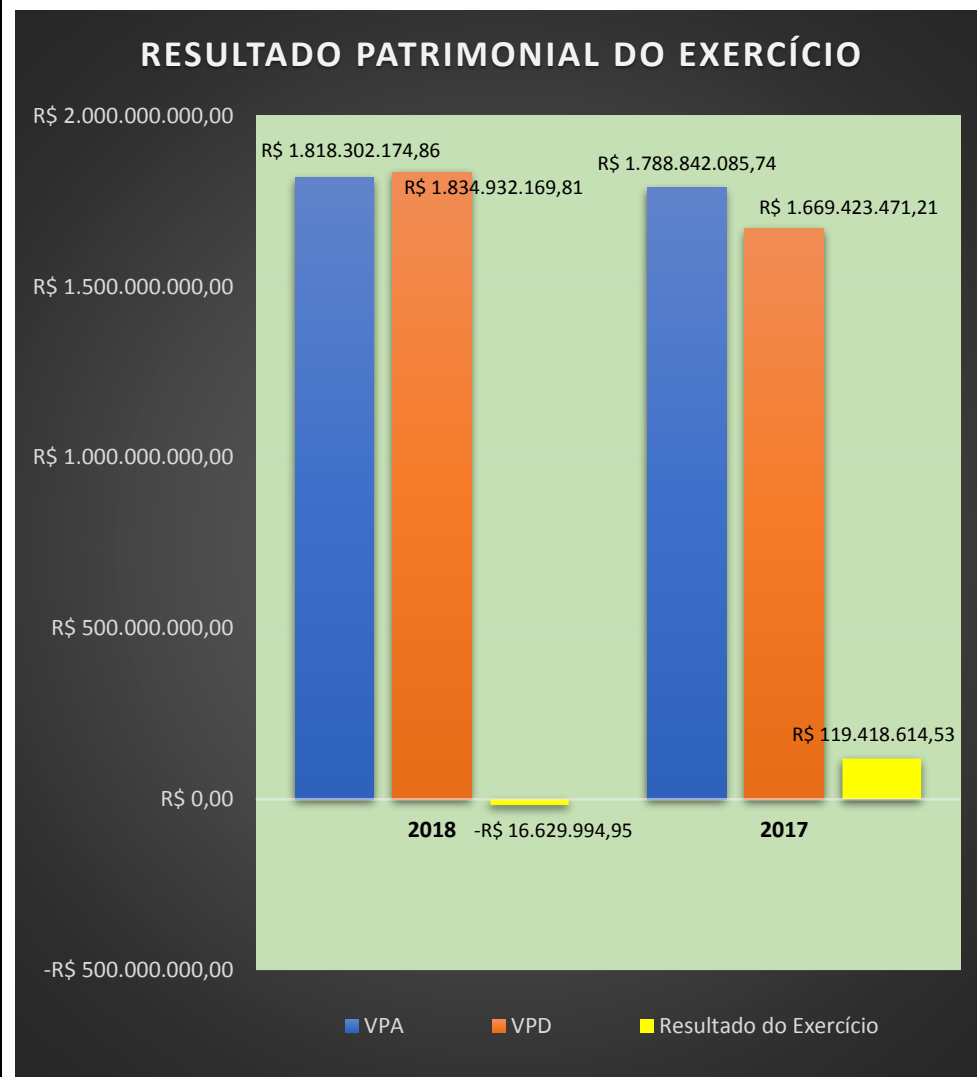
## NE 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 1,835 bilhão, sendo que 81,98% correspondem a despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e 18,37% de Benefícios Previdenciários e Assistenciais).



## NE 18 – Resultado Patrimonial do Período

Com a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, R\$ 1.818.302.174,86, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, R\$ 1.834.932.169,81, contabilizadas no ano, apura-se o Resultado Patrimonial do Exercício de 2018, qual seja, um Déficit de R\$ 16.629.994,95.



O resultado negativo deveu-se, entre outros aspectos, ao aumento das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA em 1,65% em detrimento do aumento das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD em 9,91% em relação a 2017.

Em relação ao exercício anterior, as VPD que mais impactaram o resultado foram:

- 6,13% Pessoal e Encargos;
- 11,90% Benefícios Previdenciários e Assistenciais;
- 16,20% Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo;
- 30,23% Transferências e Delegações Concedidas.

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				R\$ Bilhões		
	NE	2018	2017	AH	AV	Variação Absoluta R\$
<b>VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>19</b>	<b>1,835</b>	<b>1,669</b>	<b>9,91%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,166</b>
Pessoal e Encargos		1,167	1,100	6,13%	63,60%	0,067
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,337	0,301	11,90%	18,37%	0,036
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		0,160	0,138	16,20%	8,73%	0,022
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,000	0,000	-26,91%	0,00%	0,000
Transferências e Delegações Concedidas		0,115	0,088	30,23%	6,27%	0,027
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		0,040	0,026	51,92%	2,19%	0,014
Tributárias		0,004	0,003	27,97%	0,23%	0,001
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,011	0,013	-11,41%	0,60%	-0,001

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFlweb

## Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Os itens de consumo de caixa, durante o exercício financeiro de 2018, compreendem as transferências concedidas e os valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### NE 19 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

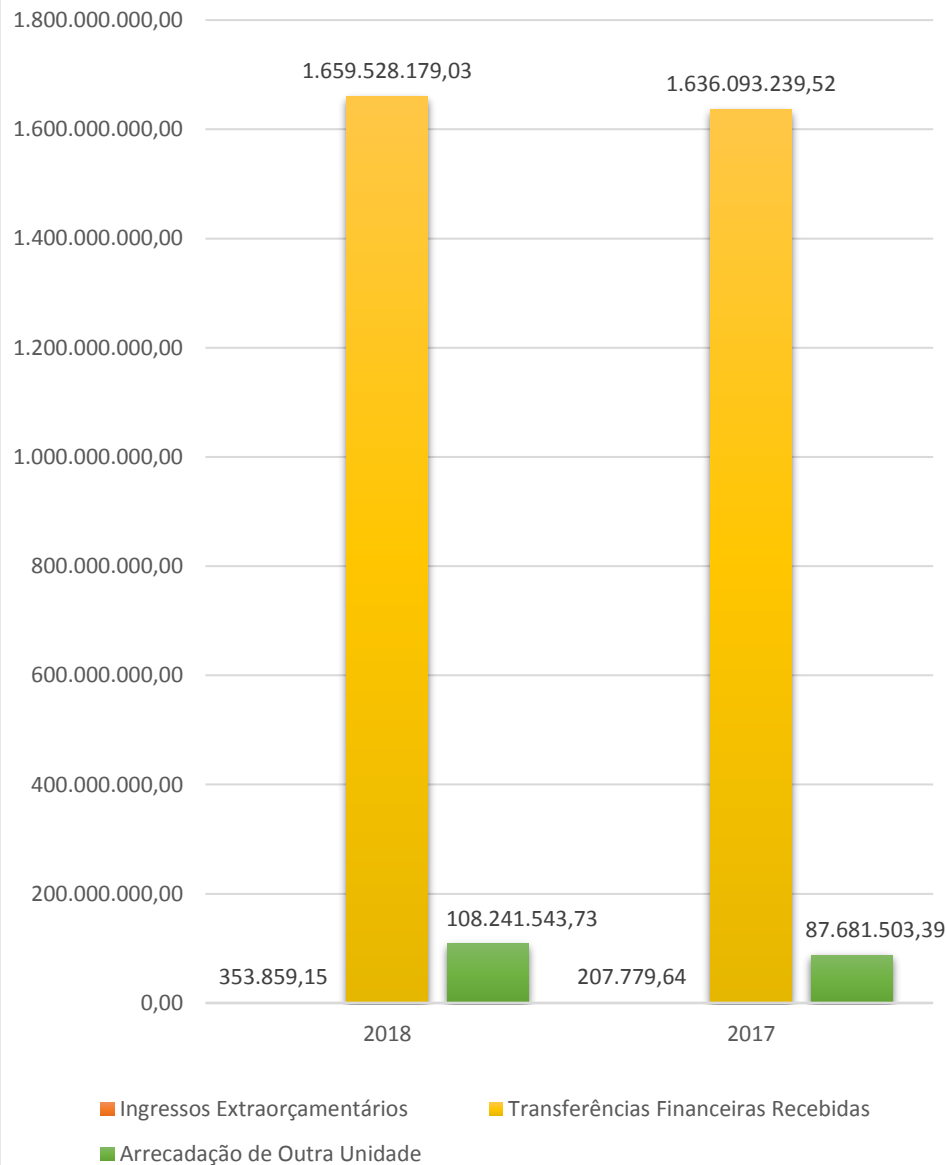
O total líquido no período somou R\$ 19.383.738,79, resultado do montante registrado como Ingressos, R\$ 1.768.123.581,91, menos o valor dos Desembolsos, R\$ 1.748.739.843,12.

#### Ingressos

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Do total de ingressos, 94% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas. Desse total, o montante recebido para suportar os créditos autorizados no exercício de 2018 foi de R\$ 1.657.725.207,92, de R\$ 697.032,61 para o pagamento de restos a pagar no período, e de R\$ 1.105.938,50 relativos as demais transferências recebidas e movimentações de saldos patrimoniais.

## INGRESSOS - Operações (Em R\$)



A outra fonte geradora de caixa importante foi a arrecadação líquida contabilizada para o Órgão no ano 2018, que somou R\$ 108.241.543,73, aumento de 23,45% em relação ano anterior, conforme segue:

### ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA

(Em R\$)

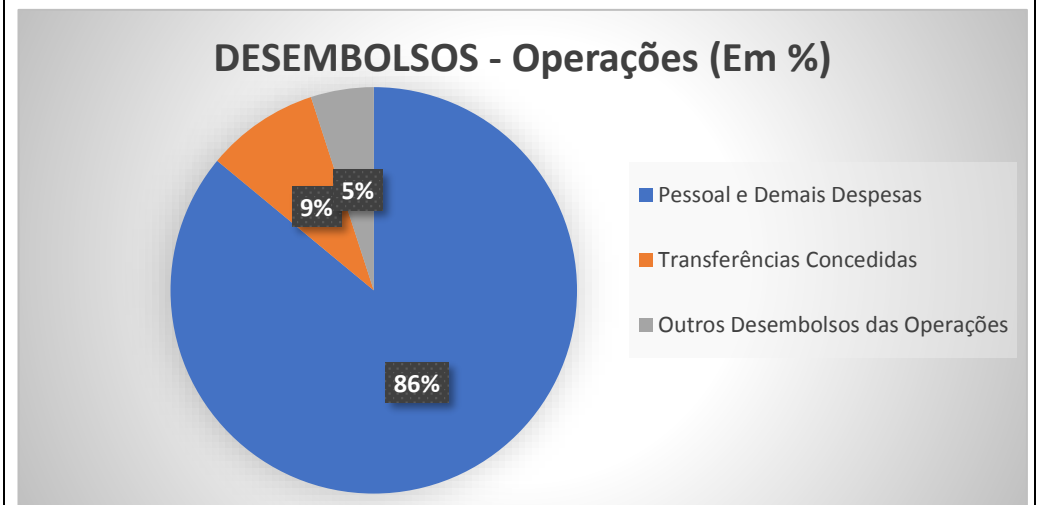
Tipo de Receita	Exercício 2018	Exercício 2017	EXERCÍCIO 2018 (AV)	Var. % 2018/2017 (AH)
CUSTAS E EMOLUMENTOS	60.244.964,03	55.877.664,69	55,66%	7,82%
MULTAS CONTRATUAIS E OUTRAS	604.907,39	810.279,83	0,56%	-25,35%
TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS - FT 50	734.705,85	445.587,64	0,68%	64,88%
INSCR. EM CONCURSOS E PROC. SELETIVO-PRINCIPAL	5.609.800,64	0,00	5,18%	100,00%
OUTROS RESSARCIMENTOS - FT 50	633.960,12	327.761,40	0,59%	93,42%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - FT 81	38.785.617,00	29.371.807,72	35,83%	32,05%
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES e DEMAIS RECEITAS	1.085.778,46	644.004,74	1,00%	68,60%
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	165.011,20	158.225,10	0,15%	4,29%
CONTRIBUIÇÃO MONTEPIO CIVIL	44.918,04	46.172,27	0,04%	-2,72%
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	331.881,00	0,00	0,31%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>108.241.543,73</b>	<b>87.681.503,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>23,45%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

OBS: O valor relativo à desvinculação das Receitas da União - Fonte 100 somou R\$ 18,1 milhões.

### Desembolsos

Do total dos desembolsos, R\$ 1.748.739.843,12, cerca de 86% correspondem a Pessoal e Demais Despesas, incluindo despesas com Previdência Social e Encargos Especiais, 9% correspondem às Transferências Concedidas e 5% a Outros Desembolsos, conforme gráfico a seguir:



## NE 20 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 30.151.411,06, já que o Órgão não possui ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. No caso do TRT 15ª Região, referem-se a gastos com Investimentos, aquisições de materiais permanentes e intangíveis.

## NE 21 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

A soma dos fluxos de caixa, relativos às atividades de operações e de investimentos, corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

### FLUXO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Exercício 2018

Em R\$

INGRESSOS	1.781.938.863,23
Transferências Financeiras Recebidas	1.659.528.179,03
Recebimentos Extraorçamentários	122.410.684,20
DISPÊNDIOS	1.792.706.535,50
Despesas Orçamentárias	1.670.680.965,55
Transferências Financeiras Concedidas	88.185.541,81
Despesas Extraorçamentárias	33.840.028,14
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.767.672,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	85.884.280,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	75.116.608,42

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira